



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Requerimento n.º _____ de 2009
(Da Sra. Alice Portugal)

Requer a realização de audiência pública para discutir a invasão de grupos econômicos estrangeiros no controle de instituições privadas de educação superior do Brasil.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a realização de audiência pública para discutir a invasão de grupos econômicos estrangeiros no controle de instituições privadas de educação superior do Brasil.

Requeiro ainda que sejam convidadas para participar desta audiência pública as seguintes autoridades:

- 1-Ministro da Educação, Fernando Haddad;
- 2-Presidente do Conselho Nacional de Educação, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro;
- 3-Presidente da ANDIFES, Reitor Alan Kardec Martins Barbiero;
- 4-Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Reitor Gilberto Luiz Moraes Selber;
- 5-Presidente da União Nacional dos Estudantes, Augusto Chagas.

Sala da Comissão, em _____ de _____ 2009.

Alice Portugal
Deputada Federal



Justificativa

Há pouco tempo, travamos no âmbito desta Comissão de Educação e Cultura intenso debate sobre decisões adotadas pela Organização Mundial do Comércio – OMC que incluíam a educação no rol dos itens negociáveis e regulados pela entidade internacional. A OMC taxou a educação como mais um serviço no contexto dos compromissos internacionais de comércio, ao lado de agricultura, finanças, transporte e comunicação.

A grande maioria dos integrantes da Comissão de Educação e Cultura, os representantes de entidades da área educacional e o próprio Ministério da Educação manifestaram-se contrários às tentativas da OMC de tratar a educação como mais um negócio a ser regulado como qualquer outro pela entidade.

Passado algum tempo desta discussão, verificamos que, nos dias atuais, esta deliberação da OMC já está vigorando no Brasil e a educação passou a ser objeto de especulação e de lucro fácil para grandes grupos econômicos, bancos e empresas estrangeiras interessadas em controlar faculdades e universidades no país.

Ressalte-se que o Brasil já sofre com a crescente presença de universidades particulares que se aproveitam de “arranjos e furos na legislação” para se expandir. Temos uma massa de instituições vergonhosas, com cursos precários, mostrando que a educação se tornou uma fonte de lucro fácil.

A invasão do capital estrangeiro no ensino superior do Brasil está em franca expansão. No último mês de março, a Fanor (Faculdade Nordeste) se associou à norte americana DeVry, instituição educacional com mais de 100 mil alunos em 30 países e de capital aberto, com ações na Bolsa de Nova York. O contrato prevê que a DeVry assumirá com 69,3% do Grupo Fanor e também o caixa e a recapitalização das dívidas da Faculdade. A fatia da DeVry poderá subir para 82,4% num futuro próximo porque o grupo fará uma capitalização na Fanor para quitar dívidas.

Ressalte-se que a Fanor já era controlada por capital especulativo dos Fundos de Investimento Nordeste Empreendedor e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Pactual Capital Partners, administrados pelo UBS Pactual, grupo conhecido pela agressividade com que atua nos mercados na busca de maior lucratividade. A DeVry Inc já era proprietária das faculdades Ruy Barbosa, Área 1 e de Tecnologia e Educação, FTE, todas na Bahia e da FDH, de Fortaleza.

Ainda na Bahia, a rede texana Whitney University é proprietária do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge) e o Instituto de Educação e Tecnologias (Inet) tem como donos o general angolano Fernando Vasques Araújo e o empresário português Armênio Venceslau Brandão Ramos.

Recentemente uma dos maiores universidades privadas do Brasil, a Universidade Anhembi Morumbi vendeu 51% de seu controle à rede internacional de universidades Laureate Education, dos Estados Unidos. A instituição americana gastou cerca de R\$ 60 milhões na aquisição e investiu um valor não revelado em obras e equipamentos.

Informações da Secretaria de Assuntos Econômicos do BNDES dão conta de que, em 18 de outubro do ano passado, 3.875 prepostos do capital financeiro internacional completaram uma injeção de 412,5 milhões de dólares para assumir 80% do SEB (Sistema Educacional Brasileiro S. A.), detentora da marca COC e com centenas de milhares de alunos em praticamente todos os estados da Federação.

Outros 12 mil investidores estrangeiros investiram US\$ 478.773.750,00 para assumirem 70% do controle acionário da Kroton, criadora da rede Pitágoras. A Estácio de Sá vendeu por US\$ 446.940.000,00 64% de seu controle acionário, num negócio para o qual cada aluno foi "avaliado" em R\$ 10.800. O grupo Anhanguera Educacional teve 76% de seu controle adquirido por 14.651 investidores estrangeiros, que desembolsaram 512,5 milhões de dólares para se assenhorar de um complexo de ensino que possui 51 unidades distribuídas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, congregando 140 mil alunos, rendendo cada um 18,8 mil dólares.

Antes desta negociação, Antonio Carbonari Neto, da Anhanguera Educacional, fez duas ofertas públicas de ações na Bolsa e captou R\$ 860 milhões, que aplicou principalmente em 17 aquisições, entre elas a Uniderp, de Mato Grosso do Sul, a Faculdade Fênix, em Bauru e, na capital, o Centro Universitário Ibero-Americano em São Paulo (Unibero). No momento em que se preparava para comprar mais 25 faculdades, foi adquirido pelo Apollo Global, (joint-venture de US\$ 1 bilhão formada em 2007 pela Apollo Inc, com 80,1% e o Group Carlyle com 19,9%).

Em junho deste ano, João Carlos Di Gênio, proprietário de meia



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

centena de escolas Objetivo e do complexo educacional Unip recebeu do grupo Apollo uma proposta de compra de R\$ 2,5 bilhões (1,53 bilhão de dólares) apenas pelas unidades de ensino superior. A oferta, que corresponde a 8 mil dólares por aluno, era respaldada pelo Morgan Stanley Investment Bank.

Está mais do que claro que os "investidores" estrangeiros querem é aplicar aqui os seus dólares e euros para levá-los de volta o mais rapidamente possível, remunerados com uma das mais elevadas taxas de juros do mundo. Almejam ainda ganhar com o Pro-Uni e o Fies, programas de bolsas financiadas que permitem lotar cada vez mais as salas de aula das faculdades particulares, independente do preço cobrado e da péssima qualidade do ensino oferecido.

A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados tem o dever de discutir esta invasão estrangeira e de propor mudanças na legislação que coíbam os abusos que estão sendo praticados, razão pela qual encareço aos nobres parlamentares a aprovação deste requerimento e a realização de audiência pública para discutir esse assunto da mais alta importância para a educação no Brasil.

Sala das sessões, em de de 2009.

Alice Portugal
Deputada Federal